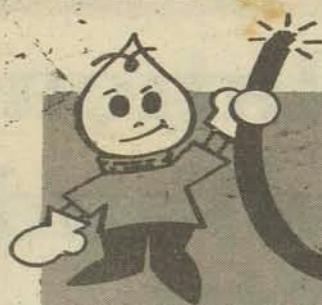




Limbarviva

SETOR ELÉTRICO
VIOLENCIA
As punições continuam

Nº: 158 22/11/91

CELESC

Iniciada campanha contra privatização

Foi deflagrada a campanha contra a privatização da Celesc. Na quarta-feira, dia 20 de novembro, a Intersindical esteve reunida em Joinville para debater o assunto. Os resultados destas discussões serão levados para os locais de trabalho, junto com um cronograma de mobilização que repudia a intenção da diretoria da empresa e do governo do Estado.

Na realidade a privatização da Celesc já começou. Setores essenciais já estão nas mãos de particulares. É o caso do Centro de Manutenção e Distribuição de Itajaí; o de iluminação pública e o de cortes e religações. Paralelamente a empresa, prevendo o futuro, está se negando a efetivar pessoas que a Justiça obrigou a terem seus vínculos empregatícios legalizados.

No entender da Intersindical setores essenciais devem ser públicos para que os interesses da população sejam respeitados. Para a Intersindical o cidadão não pode ficar à mercê de pessoas que farão o jogo dos seus interesses e do grupo ao qual pertencem. A Intersindical também está atenta aos atos do governador Kleinübing, que segundo a imprensa, voltou de sua viagem aos Estados Unidos mais disposto do que nunca a privatizar as estatais catarinenses.

22/11/91

TUBARÃO

Eletrosul terá que pagar "Plano Bresser"

O TST julgou no último dia 18, às 18 horas o processo referente às perdas salariais dos empregados da Eletrosul em Tubarão decorrentes do Plano Bresser (26,05% desde junho de 87). Não há mais chance de recursos para a empresa, podendo haver apenas uma contestação de cálculos de valores a serem pagos. Em média cada empregado deve receber 20 salários.

Ainda estão no TST aguardando julgamento. A ação de Tubarão representa atualmente o maior passivo trabalhista da empresa, valor muito superior ao que possa vir a ser "economizado" com demissões. No entanto, a empresa não tinha nenhum representante seu no julgamento da questão, ao passo que horas antes 4 pessoas acompanhavam o julgamento da garantia de emprego. Um deles, inclusive, transitava pelos corredores do Tribunal com uma raquete de tênis.

"Uma demonstração de que a empresa está muito mais preocupada em demitir do que outra coisa", sentenciou Mauro Passos, presidente do Sinergia.

Ministros do TST contra demissões

Tribunal garante emprego por 120 dias para os eletricitários e faz apelo contra aumento do desemprego.

O Tribunal Superior do Trabalho, dia 18, decidiu conceder garantia no emprego por 120 dias para os empregados do Grupo Eletrobrás. A garantia vigora a partir do julgamento. O texto da sentença fala expressamente em estabilidade por 90 dias, mas como a sentença só tem valor a partir da publicação do acórdão, na prática os eletricitários terão o seu emprego assegurado por 120 dias.

Durante o julgamento, em Brasília, todos os Ministros do Tribunal fizeram pronunciamentos contra a política de demissões, fazendo apelos às empresas para que não venham a demitir empregados. O presidente do TST, Guimarães Falcão lamentou que a garantia não pudesse ser aplicada: "estamos amarrados por uma Jurisprudência do Tribunal", disse em entrevista.

O Ministro Marcelo Pimentel apontou a contradição do governo ao criticar os empresários que estão demitindo operários e ter uma política de demissão no setor estatal.

Os ministros salientaram o papel dos sindicatos no sentido de impedir que ocorram demissões após o vencimento da garantia. Esta preocupação foi imediatamente colhida pelo Comando Nacional dos Eletricitários CNE, que deve imediatamente iniciar um trabalho político "para impedir o aumento da massa de desempregados". Mauro Passos, presidente do Sinergia e membro do CNE disse que os números do setor elétrico serão levados para os políticos e para a sociedade, para que fique evidente que não há razões para novas demissões.



Mauro salienta, no entanto, que o trabalho político só terá sentido se houver um respaldo prático da categoria. "Não podemos nem descartar uma greve para assegurar os empregos depois da garantia. Temos que ver exemplos como o da Brastemp, onde a mobilização dos metalúrgicos conseguiu fazer com que o governo atuasse no sentido da preservação dos empregos", comentou.

Retrocesso acaba com conquistas

Na avaliação da Intersindical sobre a negociação das cláusulas específicas, além da negociação ter sido difícil e ter havido um retrocesso, todas elas estão em perigo em função da limitação da garantia de emprego para 120 dias.

O limite a que se chegou na mesa de negociações foi o seguinte: Nas cláusulas sobre diárias, adicional de penosidade, intervalo de repouso, pagamento quinzenal de salários, efeito financeiro da promoção, liberação de estudante e auxílio creche foi mantida a redação do ano passado.

Houve retrocesso nas cláusulas que tratam do transporte em local de difícil acesso e horas extras. Aconteceu avanços em relação ao ano passado nas cláusulas sobre abono de faltas para tratamento de saúde, dupla-função, plano de recuperação de saúde e complementação do auxílio-doença.

Foram negadas a isonomia, turno de revezamento, reembolso médico, transferência do FGTS, adicional para áreas isoladas, reserva técnica, isonomia no controle de frequência, gratificação de férias, atendimento social, revisão de tabela de cargos e salários e quebra de caixa.

Na questão da liberação de dirigentes sindicais e da Aprosul e representantes sindicais houve um claro retrocesso em relação aos anos passados. Haverá uma nova reunião com a empresa para tratar deste assunto antes das assembleias. Foi também retirada a estabilidade dos curadores eleitos para a Elos.

No início da semana que vem, ocorrerão assembleias para fechamento da campanha salarial deste ano. Em Florianópolis, a assembleia acontece no dia 26 de novembro, terça-feira, às 17h30min, no ginásio da Elase. É fundamental a presença de todos.

Prazo para teses até 26/11

Os eletricitários de Florianópolis e região têm até o dia 26 de novembro para entregar suas contribuições para o Congresso dos Eletricitários, promovido pelo Sinergia, que acontece no início de dezembro — dias 6 e 7.

No encontro serão analisadas a situação da categoria e as condições de funcionamento e desenvolvimento da sociedade brasileira. O Sinergia alerta que não garante a publicação dos trabalhos entregues fora do prazo previsto dado a exiguidade do tempo. Mas assegura que

eles estarão reproduzidos no material a ser entregue a cada um dos delegados do congresso e serão levados a debate nos grupos de trabalho. Os temas destes trabalhos devem estar relacionados com os do congresso, ou sobre modificações estatutárias, ou sugestões para o plano de ação do sindicato.

Já foram convidados para participar dos painéis de debates Luiz Antônio Medeiros, da Força Sindical, Jair Meneghelli, da CUT e o presidente do TST, Guimarães Falcão.

SINDICATOS "DIFERENCIADOS"

Eletrosul cai em contradição

A contradição anda solta na direção da Eletrosul. Mais um exemplo do discurso esquizofrênico da atual diretoria está na defesa apresentada pela empresa, para se contrapor às propostas feitas pelo Sindicato das Secretárias. Elas entram com dissídio, no ano passado no TST. Na contestação apresentada pela Eletrosul está escrito, literalmente, que a empresa:

"Possui um quadro salarial regional único (grifo deles), devidamente homologado pelo Ministério do Trabalho através do antigo Conselho Nacional de Política Salarial".

"Quando a maior parte dos integrantes da categoria profissional

firmaram acordo coletivo, impõe-se a adoção para as demais, idênticas cláusulas, em atenção ao princípio da isonomia (grifo deles)".

"O quadro-único de pessoal da Eletrosul não deve ser quebrado sob pena de instaurar-se um verdadeiro caos (grifo nosso) administrativo que não melhoraria as relações de trabalho hoje existentes".

É lamentável que na hora da negociação, a empresa incentive e se utilize justamente dos sindicatos diferenciados para dificultar o diálogo. A contradição não tem medida.

ABSURDO

Leituristas sem salários

Os 42 leituristas da Celesc que trabalham na região da Grande Florianópolis estão há quase dois meses sem salário. No dia 7 de novembro o pagamento de outubro foi consignado em juízo. Estes trabalhadores da Celesc, que têm vínculo empregatício reconhecido com a empresa, estão passando grandes dificuldades e a incerteza sobre o futuro agrava ainda mais esta situação.

Os leituristas trabalhavam para uma firma interposta e entraram na Justiça para garantir seu vínculo empregatício com a Celesc. Eles ganharam o processo. Agora não existe mais recurso de apelação para a empresa: ela tem que

efetivar estes trabalhadores e pagar regularmente seus salários. Mas, o que tem feito é apenas protelar a efetivação, aumentando os custos e o passivo trabalhista.

A assessoria jurídica do Sinergia está exigindo na Justiça do Trabalho a liberação dos salários pela Celesc. A direção do sindicato conversou também com o diretor de Distribuição da Celesc, Paulo César da Silveira, que se comprometeu a encaminhar o assunto. Na mesma reunião foram iniciadas as discussões para a efetivação destas pessoas e o fim da contratação dos serviços de leitura por firmas interpostas.

22/11/91

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina que tem 7.500 exemplares. Diretor Responsável: Glauco Marques. Editores: Gastão Casel (DRT/RS 6166) e Mari Cristina Scomazon. Ilustração: Frank Maia. Impressão: Gráfica do Jornal O Estado. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 21, Fpolis, SC. Fone: (0482) 23-3866. Telex: 48-2955. Fax: 23-5596. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

Médico lança livro sobre saúde do trabalhador e sindicalistas

No nosso corpo não é um instrumento que a gente usa, gasta e depois possa trocar por outro. Quantas vezes já se ouviu isto e, mesmo assim, até sem se dar conta, a gente continua se maltratando? O trabalho não é uma tortura cuja redenção vem no dia da aposentadoria. Mas é difícil sentir prazer trabalhando. Preocupado com estas questões tão importantes, o médico Flávio Luiz Valente iniciou um estudo cujo primeiro resultado é o livro "Saúde, Trabalho, Lazer, Prazer e Vida — A questão individual e o coletivo", que vai ser lançado dia 27 de novembro, na Asufsc (Associação dos Servidores da UFSC), na Estrada Geral do Córrego Grande, às 20 horas, numa promoção do Núcleo de Cultura, Ci-sat e Asufsc.

O livro, que fará parte de uma obra maior a ser editada no ano que vem, faz uma crítica à maneira como dirigentes sindicais e trabalhadores encaram a saúde. Valente, além de médico, é assessor sindical na área da saúde do trabalho, trabalha para o Sindicato dos Bancários, é professor da UFSC e já foi candidato a deputado e prefeito de Florianópolis pelo PT.

Como médico, Valente se espanta até hoje com a quantidade de dirigentes sindicais que tem problemas sérios de saúde "por não ter uma noção dos limites do ser humano. Abrem mão do seu tempo, da família, do lazer, dormem mal, comem mal. Isto é exatamente o que acontece com os trabalhadores, mas de uma forma imposta.

Isto é resultado, segundo constatou o médico, de "uma visão fatalista que diz que tudo vai mudar quando acontecer a transformação, quando a sociedade mudar. Enquanto isto vivem o que está aí: se maltratam, vivem mal, não ouvem as queixas dos outros por acreditarem que são picuinhas, e assim por diante".

Valente quer que esta visão mude. "Ficar adiando eternamente as mudanças, mesmo que sejam mínimas e individuais também reforçam as estruturas existentes. Se a pessoa não der uma resposta individual contra isto a coisa vai ficar complicada".

DICAS

No livro, Valente também dá dicas de como enfrentar, combater este descaso consigo mesmo. A seguir alguns trechos do livro, que custa 2 mil cruzeiros, e pode ser comprado no Sindicato dos Bancários:

"O trabalho hoje é visto como uma tortura pela grande maioria dos trabalhadores. Isto não é de estranhar se tomarmos em conta as terríveis condições de exploração, alienação, de insalubridade, de intensidade, de periculosidade, de instabilidade, de baixa remuneração, de monotonia, de tensão, de rígida disciplina, etc. a que são submetidos a absoluta maioria dos trabalhadores.

"Uma das manifestações claras disto está nas conversas de bar de todos os trabalhadores sobre os sonhos em relação à aposentadoria, um período de vida visualizado como sem trabalho, onde o indivíduo poderá fazer tudo o que não pode fazer no aqui



e agora. No mesmo quadro se insere a aceitação de empregos que implicam na execução de tarefas insalubres e perigosas, na perspectiva de uma aposentadoria mais precoce. Tudo isto faz com que o trabalho seja desvalorizado enquanto atividade humana, o que automaticamente desvaloriza o ser humano, que é obrigado a trabalhar para viver.

"A quem serve esta desvalorização? Certamente não ao trabalhador, mas hoje faz parte de sua visão de mundo, e implica em que este perca sua auto-estima enquanto ser social. Isto favorece as classes dominantes. Um exemplo é a campanha de desmoralização do servidor público e de estatais. Colocando culpa nos funcionários pela ineficiência, rombos, inflação, etc. culpando-os de marajás e colocando a opinião pública contra todos trabalhadores, não só os públicos, e uns trabalhadores contra todos trabalhadores, não só os públicos, e uns trabalhadores contra outros. Nem se fala o que isto significa à auto-estima de cada um que acaba por interiorizar tais acusações.

TORTURA

"A ética capitalista do trabalho, fortemente inserida no corpo do protestantismo e a ética do sofrimento cristão, enquanto adiamento do prazer adicionam-se a tudo isto. Por um lado somente é reconhecido socialmente aquele que trabalha, mesmo sendo o trabalho desvalorizado, porque teoricamente o trabalho seria a única forma digna de se ficar rico (apesar do consenso de que ninguém fica rico às custas do próprio trabalho) justifica-se em nome disto o trabalho/tortura como um mal necessário para que se possa alcançar a redenção da aposentadoria/reino dos céus. A submissão às péssimas condições de trabalho, à exploração, à falta de saúde, é aceita em conjunto com a desvalorização, a perda da auto-estima e justificada com o "fatalismo" das

coisas pré-determinadas: "a vida é assim mesmo. Sempre foi e sempre será".

Tudo isto implica em que o trabalhador assuma seu corpo como instrumento de força de trabalho a ser desgastado, usado e vendido de acordo com o interesse do patrão, em troca de poder "viver sua vida" depois de aposentado. O trabalhador, portanto se aliena/separa de seu corpo enquanto móvel de sua vida, de suas emoções, de seu amor, de seu prazer; se aliena/separa de seu trabalho enquanto produção, criação, arte, contribuição sua para a comunidade, para a humanidade; se aliena/separa de sua saúde enquanto expressão de sua qualidade de vida e trabalho, de sua humanidade.

EXERCÍCIO REGULAR

Tudo faz parte de uma realidade sobre a qual o trabalhador não sente ter poder, ele está trocando este momento por um outro que virá. Implica em aceitar que outros decidam sobre o que será feito com sua vida, implica em delegar poder a outros sobre sua vida e esperar que outros "grandes pais ou irmãos" resolvam todos os problemas, hoje, ou algum dia em um futuro distante, tão distante como a aposentadoria, talvez.

As questões de saúde no trabalho vão além da discussão exclusiva do salário e da exploração. Elas colocam em pauta as questões relativas à qualidade do local de trabalho, das relações com as chefias e colegas, dos riscos em geral. É necessário romper com o fatalismo, com a perda da auto-estima, com a ética protestante do trabalho, com a aceitação submissa do sofrimento e com a prática de postergar o prazer. É fundamental entrar em sintonia com a vida, com o prazer, com a alegria e a satisfação do trabalho realizado, com a solidariedade do esforço partilhado e socialmente reconhecido.

Exercício regular, planejamento positivo da vida, enfrentamento maduro de problemas emocionais e afetivos, aprendizado de relaxamento, confronto de memórias traumáticas, capacidade de pedir ajuda e de se organizar em grupos coletivos de apoio e de luta, aumentam nossa capacidade biológica e social de enfrentar as dificuldades da vida, e devem ser incorporados a um novo conceito de qualidade de vida e de militância. Assim, caminhar diariamente, planejar a vida de forma positiva, dizer alguns não importantes, alimentar-se de forma saudável, namorar, fazer amor, relaxar, xingar o chefe, filiar-se ao sindicato, participar de passeatas, unir-se a grupos de reflexão, pode ser muito mais importante para sua saúde, para o controle de sua pressão alta ou seu peso, do que a utilização de medicamentos, ou do que uma preocupação obsessiva com uma dieta.

A Medicina Científica, tradicionalmente resistente a idéias como estas, tem se curvado às evidências dos fatos e aceito que qualquer uma destas ações além de promover um bem-estar psíquico e físico no sentido mais geral, também promove uma estimulação orgânica de todos os mecanismos de defesa a nível da pele, dos glóbulos brancos, das gamaglobulinas, das endorfinas em geral. Ou seja, aumentam nossa capacidade de resistir aos ataques do sistema e nos transforma em seres humanos mais capazes de agir sobre o mundo de forma criativa, e por mais tempo.

TRIBUNA Livre

Servilismo ou má fé

Mauro Passos
Presidente do Sinergia

Confesso que relutei muito em colocar no papel o meu sentimento sobre o que está se passando com a atual diretoria (ou alguns diretores) do Sindicato dos Engenheiros de Santa Catarina.

Absorvido integralmente há mais de dois meses numa negociação extremamente complicada, a nível nacional, que envolve o interesse de 46.000 eletricitários (inclusive engenheiros), assistir calado aos maiores absurdos cometidos por parte da diretoria desse sindicato.

Foram, desde o descumprimento de decisão de assembléia (o que, por si só, já mereceria um pedido de afastamento da direção), até ataques infundados e levianos, através de matéria paga nos jornais, a Intersindical, organização legítima de todos os eletricitários da Eletrosul, inclusive os engenheiros, conforme deliberação da própria assembléia do Sengen.

Tudo isto consegui administrar e absorver, e por várias razões. A principal delas era a gravidade do momento. Durante um processo de negociação as prioridades têm de ser muito bem definidas, para que não haja prejuízo para os trabalhadores (inclusive os engenheiros), que confiam na seriedade do nosso trabalho.

Foizemizar durante a negociação com a diretoria do Sengen era desviar a atenção da questão central. No fundo, era o que eles queriam com estas provocações (e a direção da empresa também).

Outra, era para não ser mal interpretado. Não se trata de um problema com os engenheiros, profissão que eu muito respeito, e que, inclusive, há 23 anos atrás optei como carreira profissional. Trata-se sim, de uma discordância, de uma indignação com a postura condenável, sob todos os aspectos, da atual diretoria (ou alguns diretores) do Sengen.

Entretanto, a gota d'água que originou o teor deste artigo, inclusive o título, ocorreu em Brasília, no dia 18, quando do julgamento do dissídio no TST, onde 44 sindicatos de eletricitários de todo o Brasil foram surpreendidos pela presença sorrateira do advogado do Sengen/SC, que queria entrar com um pedido de inclusão como terceiro interessado no dissídio. Esta iniciativa de má fé, no mínimo acarretaria o adiamento do julgamento, deixando a descoberto milhares de eletricitários, para atender à obsessiva vontade das empresas em demitirem.

Depois de um constrangedor e violento bate-boca entre os dirigentes sindicais e o advogado de plantão do Sengen, a secretária geral de Dissídios Coletivos do TST, precisou intervir e explicar ao nobre causidico a inoportunidade daquela ação.

A irresponsabilidade desta iniciativa da diretoria do Sengen, se por um lado quase nos deixou uma situação vulnerável, por outro lado se tornou um exemplo vivo de como entidades, sem nenhum compromisso com a luta, podem ser usadas como fator de desestruturação de uma campanha salarial, ou por SERVILISMO ou por MÁ FÉ.

Servem para qualquer papel. Por trás dos bastidores, são utilizados de acordo com a vontade do rei. Entretanto, diante da Justiça, as empresas se constroem e as descartam como papel usado (vide matéria sobre o dissídio das secretárias no TST), utilizando na sua própria defesa a argumentação óbvia de que o acordo assinado com o sindicato majoritário é exclusivo a todos os empregados, independentemente da profissão que cada um possui ou exerce.

Tudo isto até enoja, mas não surpreende mais. Na gestão Nogert Wiest, na Celesc, convivemos durante três anos com este jogo sujo.

Vendem ilusões, compram consciências pregam o divisionismo e utilizam a ameaça permanente como fator de desmobilização.

Elegem os sindicatos mais combativos, como inimigo público número um. Rotulam seus dirigentes de marginais. Agem como se estivessem acima de tudo e de todos. Já passamos por isto e superamos com dignidade todas as armadilhas criadas.

Assim como aconteceu com Nogert Wiest, na Celesc, a máscara do servilismo, e da má fé também vai cair na Eletrosul. O tempo se encarregará disto.

A Tribuna Livre é um espaço aberto. As matérias devem ser remetidas para a redação, assinadas, datilografadas e numeradas com mais de 40 linhas de 70 toques. A publicação ficará a critério dos editores.

Os fantasmas de Ilha Grande

Nesta reportagem, Rosângela Bion mostra o que restou de um empreendimento da Eletrosul que consumiu 160 milhões de dólares. A repórter encontrou na cidade paranaense de Guaíra uma vila fantasma, gente desiludida e desesperada e uma galeria trágica onde estão expostos a irresponsabilidade administrativa e a incompetência.

No extremo oeste do Estado quatro balsas fazem a travessia das águas barrentas do rio Paraná: enquanto duas saem em direção ao Mato Grosso do Sul as outras voltam de Guaíra. Dentro dos mais de dois mil veículos que fazem diariamente esse trajeto, as pessoas podem avistar a mais pública das provas de abandono das obras da usina Hidrelétrica de Ilha Grande. Exatamente 1.580 metros de ponte, a maioria já cobertos com o pré-moldado do chão e laterais e um pequeno trecho ainda nas vigas, não chegam a atingir a metade do Paranazão, dando a impressão que tudo não passa de uma ligação não concluída. O que a maioria dessas pessoas não pode imaginar é que esse pedaço de ponte somente viabilizaria a construção de uma grande usina. O projeto Ilha Grande foi totalmente abandonado pela Eletrosul, após o gasto de mais de 160 milhões de dólares.

TURNOS DUPLOS

Ilha Grande seria a segunda hidrelétrica do Paraná. Os 1.400 MW que geraria quando estivesse em pleno funcionamento seriam consumidos no sul do país. Para construí-la a Eletrosul deslocou para a fronteira com o Paraguai 190 empregados e contratou outros 400 de 5 empreiteiras. Os primeiros trabalhadores chegaram em 1979. Eles foram morar na Vila construída pela Empresa à quatro quilômetros de Guaíra, a maioria acompanhado de mulher e filhos. Osvaldo Thurman chegou nessa época da usina de Salto Santiago, que já estava em fase de conclusão. Junto com ele vieram Dona Aclair e três filhos pequenos; o quarto nasceu ali. Veio para trabalhar no Serviço de Segurança do Trabalho e, como muitos, foi convencido pelas promessas de um emprego para sua esposa, que era auxi-

liar de enfermagem em Salto Santiago, e de um bom aumento salarial, que nunca saíram. Em 1987, ele acompanhou a desaceleração do ritmo das obras, que vinham sendo tocadas em turnos duplos, para cumprir um cronograma que previa a conclusão da usina em oito anos, quando o normal são 14. Acompanhou a transferência dos empregados da Eletrosul e a demissão dos trabalhadores de empreiteiras, até que em 1990 restavam somente 93 contratados e 33 empregados da Eletrosul. Na antevéspera do Natal do ano passado, sete meses após completar 15 anos de serviços prestados à Empresa, Osvaldo foi avisado por Dona Aclair de sua demissão, junto com mais 21 empregados. No mês seguinte Osvaldo teve que interná-la num Hospital Psiquiátrico. Desde o noivado sua esposa sofria de crises de depressão que depois de sua demissão foram se agravando, ao ponto dela tentar por três vezes o suicídio.

Com o pagamento da indenização, Osvaldo pretendia voltar para a cidade Natal, Lapa, mas como precisou desembolsar metade da quantia nos gastos hospitalares, com sua esposa, ele continuou morando na Vila da Eletrosul com os quatro filhos. Com a ajuda de um irmão, comprou uma pequena chácara bem próxima da Vila e vive de venda de ovos, galinhas e do leite que tira de três vacas. Osvaldo confessa, magoado, que nunca pensou que sua vida pudesse mudar tanto. "Eu tinha um emprego estável e agora não passo de um desempregado que precisa ganhar hoje para comer amanhã. Quem poderia imaginar que a Eletrosul pudesse fazer isso com pessoas que dedicaram toda sua vida à Empresa?"

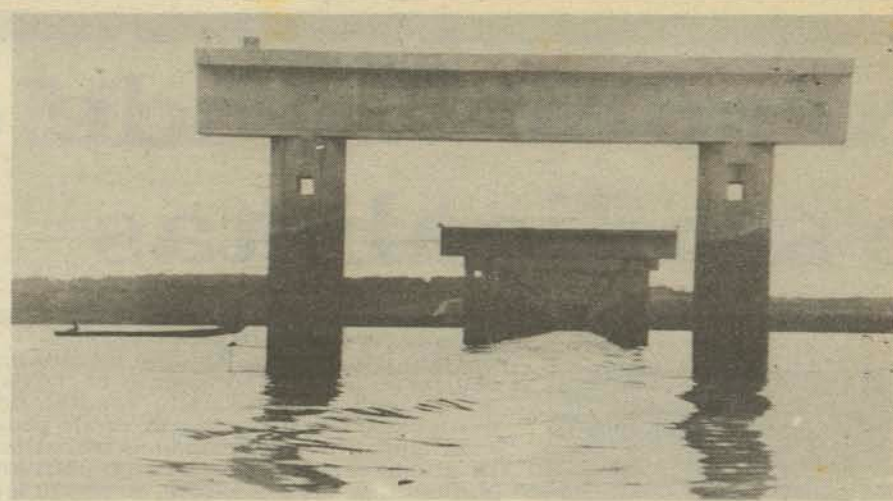
JANELAS LACRADAS

Na Vila onde já moraram 450 famílias hoje residem 55

contratados demitidos e oito empregados da Eletrosul. Quatro ainda possuem vínculo empregatício, sendo que dois estão em disponibilidade. A vida deles é muito semelhante a de Osvaldo. São pessoas que vieram de longe, aceitaram o desafio de construir uma usina, enfrentaram os mosquitos, um clima onde a temperatura chega fácil aos 40 graus e depois foram simplesmente dispensadas. Hoje sobrevivem de biscoitos e do que ainda resta das indenizações. Na Vila, os sinais de completo abandono convivem com sinais de um luxo sem propósito. Por ruas asfaltadas, iluminadas e arborizadas chega-se primeiro às casas dos técnicos, depois à Vila Pioneira, as casas dos solteiros e mais adiante às que foram cedidas aos empregados da usina de Itaipu. São todas de pré-moldado de madeira, brancas, com garagem ao lado e tamanho variando entre 70 e 120 m². A maioria tem as janelas lacradas com tábuas, os vidros quebrados e o mato em volta bem crescido. Em nenhuma delas falta água tratada, saneamento ou linha telefônica.

AVISO PRÉVIO

Na Vila apenas duas lanchonetes continuam abrindo. Foram fechados a escola de 1º grau, o Posto de Saúde, o Centro Social Urbano, o posto do Banco do Brasil, os refeitórios e a Igreja. Não funciona mais também o clube, com suas duas piscinas, uma de 13x26 metros e a infantil de 10x12 metros, suas saunas seca e úmida, a lanchonete, as quadras polivalentes e o salão de reuniões, que teve sua fachada refeita quatro vezes. Muitas instalações sequer foram inauguradas como a Central telefônica e as oficinas. Lá não existem mais crianças suficientes para brincar nos inúmeros parquinhos, jogadores para usufruir dos vários



Uma ponte inacabada para atravessar o Paranazão

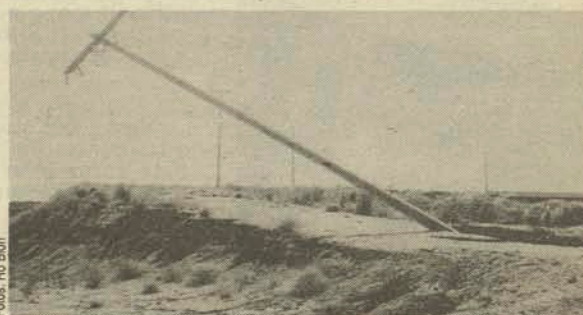
campos de futebol muito bem gramados, ou visitantes para hospedaram-se nos seis apartamentos com quadra de tênis e aquecimento individual. Até o Horto Florestal, que forneceu mudas para a arborização de toda área e até para particulares, foi abandonado. Exatamente, 16 vigilantes tentam evitar a depredação total desse patrimônio. Todos receberam o aviso prévio de demissão no dia 15 de outubro.

MARGENS ALAGADAS

Nas margens do rio Paraná, além do trecho de ponte, a Eletrosul deixou outras provas da obra abandonada que a ação do tempo e da população local estão tentando apagar. Dos dois lados do Paranazão chegaram a ser concluídas as enscadeiras que drenariam as margens alagadas até a conclusão da usina. A erosão atingiu bastante essas miniaturas de barragens. Do lado do Mato Grosso do Sul, próximo à Mundo Novo, muitos postes de eletrificação tombaram. As telhas, móveis, portas e forração dos escritórios de apoio foram carregados. Deste lado fica a maior parte das terras agricultáveis da Eletrosul: 2.100 alqueires, além dos outros 400 próximos a Guaíra. A Empresa pretende leiloar essas terras apesar da fila de agricultores de Itá, que há anos esperam o prometido assentamento. Já no lado do Paraná, centenas de peças de cimento, que seria utilizadas na conclusão da ponte, estão lado a lado cercadas pelo mato alto, assim como as chapas de ferro. Na parte mais alta estão o que resta dos escritórios, dos laboratórios de solo, das oficinas do refeitório, que incendiou no mês passado. Desse lado fica também a pequena baía, que a Eletrosul aterrou para encerrar suas lanchas e barcos, e hoje é utilizada pela população local.

CACHORRO QUENTE

Na cidade de Guaíra, as obras de Ilha Grande provocaram o mais forte impulso de desenvolvimento dos seus 40 anos de emancipação. Na



Fotos: Rô Bion

Erosão causada pelas obras

terra do chão vermelho, ao lado da agricultura e pecuária passou a ter importância o comércio. Seus 40 mil habitantes presenciaram a chegada de quase mil pessoas com um poder aquisitivo bem maior que a média local. Logo sucederam-se inaugurações de supermercados, lojas de departamento e especializadas, restaurantes e bares. A medida que a obra foi sendo paralisada tudo isso foi fechando. Os que ainda resistem somente aguardam as compras de Natal para também correrem suas portas. Quem vai continuar firme no seu ponto é Adir Alves dos Santos. Ele foi demitido junto com Osvaldo e hoje tem um carrinho de cachorro quente no centro de Guaíra, onde também vende a "Nega Maluca" que a esposa faz todos os dias. Por 14 anos ele foi Auxiliar de Topografia mas, depois de um sério acidente sofrido numa viagem pela Empresa, agora só pode exercer atividades administrativas, pouco comuns naquelas regiões.

TRÊS BALSAS

Político e autoridades do Paraná e Mato Grosso do Sul foram cobrar da Eletrosul os motivos da paralisação das obras. O presidente da Empresa na época, Vilmar Dallagnol, confirmou a realização de uma reunião, mas acabou não comparecendo. O que se sabe é que Ilha Grande só está nos planos da Eletrosul para 2030. Existe uma suspeita muito forte de que a Empresa

que hoje administra as três balsas brasileiras que fazem a travessia do rio Paraná nessa região, tenha influenciado no esquecimento de Ilha Grande. Um levantamento feito pela Eletrosul em 1988 concluía que mais de 63000 veículos por mês pagavam taxas que hoje variam de Cr\$ 2.800,00 a Cr\$ 8.000,00, dependendo do tamanho do veículo. Tal arrecadação daria suporte para a Fioravante Andreiz "comprar" as pessoas que pudessem lhe auxiliar no engavetamento de um projeto, que acabaria com as necessidades das balsas.

Enquanto as razões do desperdício de mais de 160 milhões de dólares não são esclarecidas, Osvaldo, Adir e os que ainda continuam na Vila aguardam o detalhamento da proposta de compra das casas onde moram. Numa primeira reunião falou-se em pretações de Cr\$ 20.000,00 a Cr\$ 30.000,00 por dez anos, mas ainda não ficou claro a forma de correção. Eles pretendem refazer suas vidas em Guaíra.

Apesar das pessoas que passam de balsa ao lado do pedaço de ponte deixado pela Eletrosul não conheceram seu objetivo e suas histórias esses homens vão continuar lá e vão poder contá-la. Todas as marcas deixadas pela obra de Ilha Grande vão comprovar seus relatos. Eles serão sempre cheias de indignação com a forma como foram considerados o dinheiro público e suas próprias vidas.



Empresa de balsas pode ter influenciado paralisação da obra